



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23/02/2015**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 06**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>		
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>		
<b>Vereadores:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 23/02/2015**

**ATA Nº 06**

----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparecimento do Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, por se encontrar em representação do Município na B.T.L - Feira Internacional de Turismo. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 09 de fevereiro de 2015 foi aprovada por unanimidade. -----

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, tendo em conta a possível transferência de competências para os Municípios na área da Educação e das responsabilidades a elas inerentes, teve uma reunião com os pais e encarregados de educação, no sentido de esclarecer sobre o que consiste este processo e também reforçar a ideia de que a sua implementação visa acima de tudo os alunos e a otimização do seu percurso escolar. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Que, a Pampilhosa da Serra foi escolhida para desenvolver um projeto piloto ao nível do 1º ciclo, que consiste no desenvolvimento de um método de rastreio para deteção precoce de riscos e monitorização da aquisição de conhecimentos e competências, para Professores e Famílias, ao longo dos 4 anos do 1º ciclo e que pretende também vir a ser referência nacional.-----

----- Que, no dia 20 de fevereiro esteve na Cerimónia de Lançamento do Portugal 2020 na Região Centro, em Viseu, promovida pela CCDR Centro e Comissão Diretiva do Programa Operacional CENTRO 2020.-----

## II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

#### 2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

##### 2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 19 de fevereiro de 2015, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades:-----

----- De operações orçamentais: 2.072.110,73 € (dois milhões setenta e dois mil cento e dez euros e setenta e três centavos);-----

----- De operações não orçamentais: 173.956,66 € (cento e setenta e três mil novecentos e cinquenta e seis euros e sessenta e seis centavos), num total de 2.257.967,41 € (dois milhões duzentos e cinquenta e sete mil novecentos e sessenta e sete euros e quarenta e um centavos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

##### 2.1.2 - DGAI - Direção Geral de Administração Interna

##### - Recenseamento Eleitoral 2014 - Transferência de verbas para as autarquias locais

----- Foi presente um ofício da DGAI - Direção Geral de Administração Interna, a comunicar que foi processada, a favor das Câmaras Municipais, a transferência de verbas a que se refere o nº 1 do artº 72º da Lei nº 13/99, de 22 de março, sendo de 351,66 € o valor atribuído ao Município de Pampilhosa da Serra.-----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade transferir para as



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

freguesias a competente verba. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.1.3 - Terreno da EDP - Malhada do Rei

----- O assunto supra foi retirado da Ordem de Trabalhos por não estarem ainda criadas as formalidades necessárias para a aquisição do terreno. -----

### 3- DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

#### 3.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS

##### 3.1.1 - Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2014 \_ Alteração do co contratante devido a processo de cisão simples

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- "O Município de Pampilhosa da Serra, assinou o contrato de aquisição de serviços referente ao procedimento em epígrafe em 04/06/2014, tendo um prazo de prestação de serviço de 12 meses após a assinatura do citado contrato. -----

----- Em 26/01/2015 deu entrada nos serviços deste Município um ofício datado de 19/01/2015 onde a empresa Cruz Martins & Pega Magro, SROC propõe que o mesmo consubstancie uma adenda ao contrato de prestação de serviços celebrado, solicitando que a partir de janeiro de 2015 seja alterado o adjudicatário para Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal, Lda, pessoa coletiva nº 513 271 937. -----

----- Segundo o co contratante, Cruz Martins & Pega Magro, SROC, o pedido fundamenta-se com o facto de em Assembleia Geral da sociedade Cruz Martins & Pega Magro, SROC ter sido deliberado aprovar uma operação de cisão simples. -----

----- Face à apreciação ao teor da comunicação recebida, entende-se o seguinte: -----

----- 1) A empresa Cruz Martins & Pega Magro, SROC foi objeto de uma cisão simples com as seguintes implicações: -----

----- i) Constituição da sociedade Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal, Lda, pessoa coletiva nº 513 271 937; -----

----- ii) Transformação / alteração da empresa existente na sociedade F. Pega Magro, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, pessoa coletiva nº 503 007 226; -----

----- 2) A sociedade Cruz Martins & Pega Magro, SROC transformou-se na sociedade F. Pega Magro, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, já que mantém o mesmo



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*número de identificação fiscal, havendo alteração de pelo menos e de acordo com o que é dado a conhecer na comunicação recebida, da denominação social, estrutura societária e natureza jurídica da sociedade.*-----

----- Em 10/02/2015 através do ofício datado de 06/02/2015 com a ref<sup>a</sup> 150206.1/SF, a empresa Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal, Ld<sup>a</sup>, pessoa coletiva n<sup>o</sup> 513 271 937, apresentou os seguintes documentos: -----

----- a) Documento do co contratante Cruz Martins & Pega Magro, SROC, onde seja explícito que o contrato celebrado com o Município integrará o património da empresa Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal, Ld<sup>a</sup>, pessoa coletiva n<sup>o</sup> 513 271 937; -----

----- b) Os seguintes documentos relativos à empresa Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal, Ld<sup>a</sup>: -----

----- i. Certidão do Registo Comercial do concorrente; -----

----- ii. Listagem de todos os serviços a prestar; -----

----- iii. Documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas; -----

----- iv. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP e do qual faz parte integrante e também evidenciada através do anexo II ao caderno de encargos patenteado a concurso; -----

----- v. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55<sup>o</sup> do CCP; -----

----- vi. Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; -----

----- vii. Declaração prevista no artigo 3<sup>o</sup> do Decreto Lei n<sup>o</sup> 236/95, de 13 de setembro, comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português; -----

----- A cisão de empresas, embora não especificamente prevista no caderno de encargos do procedimento, encontra-se prevista e enquadrada nos artigos 118<sup>o</sup> a 129<sup>o</sup> do Código das Sociedades Comerciais (CSC) aprovado pelo Decreto Lei n<sup>o</sup> 262/86 de 02 de setembro. -----

----- A posição de co contratante será assumida, no presente caso por uma nova entidade, resultante do processo de cisão da empresa Cruz Martins & Pega Magro, SROC, sendo que de acordo com o previsto no projeto de cisão, o contrato celebrado com o Município ficará sob gestão e implementação da empresa Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal, Ld<sup>a</sup>, pessoa coletiva n<sup>o</sup> 513 271 937. -----

----- O responsável pelo acompanhamento e desenvolvimento da prestação do serviço mantém-se inalterável já que será assegurado pelo Dr. João Alberto da Cruz Martins, ROC n<sup>o</sup> 735, que era sócio da empresa originária Cruz Martins & Pega Magro, SROC e sócio da empresa criada, Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal, Ld<sup>a</sup>, em virtude da cisão. -----

----- Após análise dos elementos apresentados, nomeadamente a ata n<sup>o</sup> 37 da Assembleia Geral da empresa Cruz Martins & Pega Magro, SROC, o projeto de cisão simples e os elementos relativos à empresa Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal, Ld<sup>a</sup>, pessoa coletiva n<sup>o</sup> 513 271937, entende-se que poderá ser aceite a alteração do co contratante, através de uma adenda ao contrato em virtude da cisão simples verificada. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- O novo co contratante, Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal, Lda, pessoa coletiva nº 513 271 937 assumirá todas as obrigações e direitos consignados no contrato assinado em 04/06/2014 e demais elementos no procedimento de concurso, não havendo qualquer prejuízo para o Município.-----

----- Assim, proponho a V.Ex<sup>a</sup> a autorização da alteração do co contratante, que se consubstanciará através da assinatura de uma adenda ao contrato. -----

----- Atendendo a que a decisão final de adjudicação é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, julga-se que a autorização de alteração de co contratante também o é.-----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3.2 - OBRAS PÚBLICAS

#### 3.2.1 - Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: construção da Praia Fluvial e Parque de Merendas de Dornelas do Zêzere

- Adjudicatário: Construtora Santovaiense, Construção Civil e Obras Públicas, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Em 21/01/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 125-02-1442663 emitida em 21/10/2008 pelo Banco Comercial Português, S.A., no montante de 34.503,96 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº 125-02-1442663 emitida em 21/10/2008 pelo Banco Comercial Português, S.A., no montante de 34.503,96 €.-----

----- À consideração superior." -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

##### 4.1 - GABINETE FLORESTAL

##### 4.1.1 - Devolução de apoio recebido ao IIEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

----- Foi presente uma informação do Gabinete Florestal, a comunicar que, o Processo nº 0097/PAC/2013, no âmbito da candidatura 357701 com início a 05 de agosto de 2013 e termo a 04 de agosto de 2014, foi aprovado para 8 indivíduos. -----

----- Mais informa que, no decorrer do projeto duas pessoas acabaram mais cedo o subsídio de desemprego e que, quando isso acontece, têm que abandonar o projeto. Por esse facto, o Município vai ter que devolver alguma verba. O adiantamento do IIEFP foi no valor de 20.069,14 € e as despesas do Município foram de 18.201,60 €, pelo que, deverá proceder-se à devolução da importância de 1.867,54 € ao IIEFP, através de transferência bancária, para o NIB constante na informação, no prazo de 60 dias consecutivos, a partir da data da notificação (22-01-2015) e de acordo com os elementos nela mencionados para o efeito. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 4.2 - TURISMO

##### 4.2.1 - Feira Internacional de Artesanato 2015

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Turismo, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento da estratégia de marketing territorial por nós elaborada para a área do turismo, que assenta na promoção da marca de destino “Pampilhosa da Serra Inspira Natureza”, propomos: -----

----- A participação / representação do Município de Pampilhosa da Serra na Feira Internacional de Artesanato - 2015 (FIA). -----

----- Relativamente ao stand, informamos os valores de custo: -----

----- - Stand de 1 frente, 81 m<sup>2</sup> x 80,29 m<sup>2</sup> = 6.503,49 €; -----

----- - Consumo de energia 24 horas = 38,88 €; -----

----- O valor da participação é de 6.503,49 €, IVA à taxa de 23%, totalizando a importância de 7.999,29 €. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Informamos ainda que para a formalização da inscrição, terá que haver um pagamento inicial de 3.999,65 €, referente à liquidação de 50% sobre a inscrição. -----

----- Mais informamos da relevância de promover o território (os seus recursos endógenos, o artesanato, a gastronomia, as aldeias do xisto, as praias fluviais, a rede de percursos pedestres e BTT e as paisagens) em articulação com agentes turísticos privados a operar no concelho. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.2.2 - Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a B.A.D.A - Bike Associação de Desporto e Aventura**

----- Na sequência da proposta apresentada pela B.A.D.A - Bike Associação Desporto e Aventura, para a realização da 2ª etapa da Taça de Portugal DHI, nos dias 21 e 22 de março de 2015, em Pampilhosa da Serra, foi presente a Minuta de Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a B.A.D.A - Bike Associação de Desporto e Aventura, cujo objeto consiste: -----

----- 1 - Atribuição de apoio não financeiro, tendente a assegurar a divulgação local do evento, o apoio humano e logístico necessário à realização da prova, ; -----

----- 2 - Atribuição de apoio financeiro no montante de 9.950,00 € (nove mil novecentos e cinquenta euros) com vista a compartilhar os encargos inerentes à realização da 2ª etapa da Taça de Portugal DHI, nos dias 21 e 22 de março de 2015, em Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo de Colaboração e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## **5 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA**

### **5.1 - EDUCAÇÃO**

#### **5.1.1 - Protocolo de Colaboração entre o Município de Pampilhosa da Serra e a DGESTE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

- Proposta da Senhora Vereadora Alexandra Tomé: -----
- Considerando que a aposta na qualificação dos jovens constitui uma condição fundamental para a afirmação de uma estratégia sustentável de crescimento económico e de coesão social do país e do concelho de Pampilhosa da Serra; -----
- Em termos genéricos, os Cursos de Aprendizagem pretendem, por um lado, contribuir para a redução do desemprego juvenil, potenciando a transição qualificada dos jovens para a vida ativa e, por outro, apostar na componente tecnológica e no aumento de competitividade das empresas, promovendo, por esta via, a criação de emprego qualificado; -----
- Esta aposta exige, pois, a mobilização alargada da sociedade portuguesa, devendo contar com a especial participação das instituições públicas que, dentro das suas competências e atribuições, disponibilizando os meios e recursos que possam promover e incentivar a educação e formação de jovens e adultos. -----
- Nesta medida, importa racionalizar os meios e recursos existentes para a prossecução dos objetivos estabelecidos em matéria de qualificação de jovens; -----
- Considerando que o Curso Técnico Instalador de Sistemas Eólicos, que se encontra a decorrer em Pampilhosa da Serra desde setembro de 2013 representa, para além do mais, a alternativa/opção válida ao ensino regular, para os jovens que pretendam prosseguir os estudos no concelho de Pampilhosa da Serra; -----
- Tendo em conta que no concelho de Pampilhosa da Serra se encontra implementado um dos maiores parques eólicos da Europa, o qual exige manutenção constante, que envolve muitos meios técnicos, representando, portanto, uma possibilidade de elevada empregabilidade; o dito Curso Técnico Instalador de Sistemas Eólicos constituirá uma mais-valia, do ponto de vista da qualificação dos jovens antes da sua entrada no mercado de trabalho; -----
- No sentido de incentivar a inscrição de um maior número de alunos no referido Curso, a Câmara Municipal deliberou, em reunião de 27/08/2013, apoiar o acolhimento dos alunos que se inscrevam neste Curso e que necessitem de alojamento na Residência de Estudantes de Pampilhosa da Serra; -----
- Considerando que o Curso em questão atingirá, previsivelmente o seu terminus em 30 de outubro de 2015, no sentido de continuar a prestar um apoio imprescindível aos formandos do mesmo, incentivando-os à sua frequência, a Câmara Municipal deliberou, em reunião de 29/12/2014, continuar a apoiar as mensalidades dos formandos inscritos, que necessitam de alojamento na Residência de Estudantes de Pampilhosa da Serra. -----
- Tendo também em conta que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nomeadamente no domínio da educação; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- E que o funcionamento do Curso Técnico Instalador de Sistemas Eólicos, em Pampilhosa da Serra, reveste especial interesse para o município, por representar uma alternativa/opção educacional que potenciará, de facto, a transição qualificada dos jovens para a vida ativa; -----

----- Considerando ainda que, no âmbito das suas competências materiais, compete à Câmara Municipal *"apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças"*, bem como *"deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes"*, atento o disposto nas als. u) e hh) do nº 1 do art. 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09; -----

----- Atento o facto de, por Despacho do Sr. Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares, exarado em 12/02/2015, foi aprovada a minuta do Protocolo de Cooperação (anexa à presente). -----

----- Pelo exposto, tenho a honra que propor que a Câmara Municipal delibere: -----

----- 1 - Aprovar a Minuta do Protocolo a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a DGESTE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, anexa à presente Proposta; -----

----- 2 - Proceder à transferência de verba no valor previsional de (até) 11.318,94 Euros (onze mil trezentos e dezoito euros e noventa e quatro centimos) para a DGESTE, destinada a comparticipar os custos com o alojamento dos referidos formandos na Residência de Estudantes, no período acima referido, considerando o valor mensal de 209,61 €/formando, para o ano letivo 2014/2015, ficando sujeito às alterações que venham a ser introduzidas pelo Despacho que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos Municípios, para o ano letivo 2015/2016, salvaguardando-se o eventual acréscimo àquele valor previsional de 1%. -----

----- 3 - Conferir poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido Protocolo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar: -----

----- 1. A Minuta do Protocolo a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a DGESTE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, anexa à presente Proposta; -----

----- 2 - Proceder à transferência de verba no valor previsional de (até) 11.318,94 Euros (onze mil trezentos e dezoito euros e noventa e quatro centimos) para a DGESTE; -----

----- 3 - Conferir poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido Protocolo. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

**III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO**

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----

  
